

Isenção de Imposto de Renda vai beneficiar maioria dos servidores públicos brasileiros

O recente anúncio do governo federal sobre a isenção de Imposto de Renda para quem tem rendimentos mensais de até R\$ 5 mil deve transformar a realidade de milhões de trabalhadores do Brasil, incluindo servidores públicos. Embora a medida ainda dependa de aprovação no Congresso Nacional, seus potenciais impactos econômicos e sociais já são aguardados pela categoria. De acordo com dados do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aproximadamente 70% do funcionalismo em todas as esferas (municipal, estadual e federal) ganham até R\$ 5 mil mensais, faixa beneficiada pela isenção

tributária proposta no pacote de ajuste fiscal.

Segundo dados do Atlas do Estado Brasileiro, a maioria dos servidores municipais recebe, em média, R\$ 2.616,28, enquanto nos estados, a mediana salarial é de R\$ 4.687,50. Já no nível federal, cerca de 27,5% dos profissionais recebem até R\$ 5 mil por mês.

Com a isenção, trabalhadores nesta faixa de renda deixarão de pagar Imposto de Renda, resultando em um aumento direto na renda familiar. Para quem recebe exatamente R\$ 5 mil, o ganho anual será de R\$ 4.467,55, valor equivalente a um salário adicional por ano.

A proposta do governo também promete impulsionar a economia. O Dieese aponta ainda que a medida poderá injetar cerca de R\$ 35 bilhões por ano na economia nacional.

Apesar dos benefícios potenciais, a proposta enfrenta desafios pela frente. O Congresso Nacional, que será responsável pela análise da medida, tem histórico de pressão por parte de setores econômicos e financeiros, que criticam a medida como populista. Além disso, ações de controle fiscal, como o “gatilho” que limitaria o aumento real de salários no setor público a partir de 2027, podem reduzir os ganhos trazidos pela isenção.

Fonte: Extra

Aprovado reajuste do salário mínimo para R\$ 1.502

O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (18) o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025. A proposta (PLN 3/2024) prevê um salário mínimo de R\$ 1.502 e um déficit de até R\$ 31 bilhões nas contas públicas no próximo ano. O texto, que recebeu relatório favorável do senador Confúcio Moura (MDB-RO) na Comissão Mista de Orçamento (CMO), segue para sanção presidencial.

O PLN 3/2024 foi aprovado em votação simbólica. Durante a sessão conjunta desta quarta-feira, o relator fez alguns ajustes no parecer que havia sido definido pela CMO na última terça-feira (17).

A principal alteração se refere ao bloqueio de programações orçamentárias. Na versão aprovada pela CMO, o corte de recursos poderia se dar na mesma proporção aplicável à demais despesas discricionárias do Poder Executivo. O adendo aprovado pelo Congresso Nacional mantém essa regra geral, mas poupa do bloqueio as emendas

individuais e de bancadas parlamentares

— Traduzindo em miúdos: se houver contingenciamento de despesas do Executivo, ele não incidirá sobre as emendas parlamentares. É o acordo firmado com os demais partidos políticos aqui neste momento — explicou o senador Confúcio Moura.

Uma segunda alteração de refere às regras de correção do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, o Fundo Partidário. No texto aprovado pela CMO, a correção deveria se dar tendo como base o valor autorizado pelo Orçamento de 2023. Com a mudança, a referência passa a ser o montante pago em 2016, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Outra mudança se refere ao orçamento de investimento das estatais. O texto aprovado pela CMO previa que os recursos ficariam limitados às dotações previstas no

projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA - PLN 26/2024).

No Plenário do Congresso Nacional, o senador Confúcio Moura incluiu a possibilidade de serem acrescidos recursos para o pagamento de passivos judiciais e administrativos existentes em 2024. Esses valores devem ser quitados em até quatro anos.

Durante os debates do projeto, a oposição criticou a proposta encaminhada pelo Poder Executivo. Para o líder do bloco no Senado, senador Rogério Marinho (PL-RN), o projeto não é capaz de conter o que ele classificou como “uma catástrofe fiscal”.

— Estamos enfrentando uma crise, uma catástrofe do ponto de vista fiscal. Aumentamos em mais de R\$ 1 trilhão nossa dívida pública em menos de dois anos. Essa administração temerária fez com que o dólar saltasse para mais de R\$ 6. Isso significa um reflexo evidente contra o bolso dos mais pobres — disse.

Fonte: CUT



Recesso Jurídico

O Sindsep/MA através da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais, informa aos seus filiados e à sociedade em geral, que a partir do dia 20 de dezembro, em virtude do recesso do judiciário, estarão suspensos os plantões de advogados, retornando os atendimentos aos filiados a partir de 20 de janeiro de 2025.

Vale ressaltar que a Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais continuará funci-

onando normalmente, garantindo assim, todas as informações necessárias sobre processos ajuizados pela entidade.

O sindicato informa ainda estará precavido com relação à qualquer situação emergencial que venha ocorrer neste período, e se assim acontecer, a assessoria jurídica será prontamente acionada para que todas as medidas sejam tomadas e nenhum prazo seja expirado.



Sindsep informa as datas sem expedientes e sobre o recesso das Regionais

O SINDSEP/MA informa aos seus filiados e à sociedade em geral que não haverá expediente nos dias 24, 25 (na sede) e 31 de dezembro de 2024, e no dia 1º de janeiro de 2025 (sede e regionais), em razão das festas de fim de ano.

A entidade ressalta que as secretarias regionais estarão de recesso na semana de Natal (23 a 27), voltando a funcionar no dia 30 de dezembro de 2024, sendo que as regionais voltarão a fechar nos dias 31 e 1º de janeiro de 2025, voltando no próximo dia 2º de janeiro, quinta-feira.

Agradecemos a compreensão de todos e desejamos boas festas!

CALENDÁRIO DE FUNCIONAMENTO	
SÃO LUÍS - SEDE	
24 e 25 de Dezembro	NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE
31 e 1º de janeiro de 2025	
SECRETARIAS REGIONAIS	
23 a 27 de dezembro	NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE
31 e 1º de janeiro de 2025	

LULA, RECEBA OS SERVIDORES!

Assine carta aberta que expõe política salarial que aprofunda distorções e promove a elitização no serviço público

